

## **ATA DE REUNIÃO DO FÓRUM PERMANENTE DE APOIO A FORMAÇÃO DOCENTE DO ESTADO DA BAHIA – FORPROF/BA 2011**

Aos vinte e sete dias do mês de maio, do ano de dois mil e onze, na sala 23 do Instituto Anísio Teixeira, reuniram-se os seguintes componentes do Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente do Estado da Bahia – FORPROF-BA: Prof. Osvaldo Barreto Filho, Secretário de Educação do Estado da Bahia, presidente do Fórum; Prof<sup>ª</sup>. Irene Maurício Cazorla, Diretora Geral do Instituto Anísio Teixeira, - IAT/SEC, vice-presidente do FORPROF-BA; Sr<sup>ª</sup>. Isabel Lima Pessoa, Coordenadora Geral do PARFOR/CAPES; Sr. Joselino Goular Junior, Coordenador de Estrutura e Polos da UAB/CAPES, Sr. Manoel Brod Siqueira e Sr<sup>ª</sup>. Lorena Lins Damasceno, Analistas Técnicos do PARFOR/CAPES; Prof<sup>ª</sup>. Ilma da Silva Cabral, Coordenadora de Formação dos Profissionais de Educação do IAT/SEC e Assessora Técnica do FORPROF-BA; Prof<sup>ª</sup>. Amélia Tereza Maraux, Superintendente da SUDEB/SEC; Prof<sup>ª</sup>. Eni Barreto Bastos, Superintendente da SUPAV/SEC; Prof<sup>ª</sup>. Norma Lucia Videro Vieira Santos, Coordenadora de Políticas da CODES/SEC, Prof<sup>ª</sup>. Yasmine Habib Silva, representante da CODES; Marli Souza, Coordenadora da SUPROF/SEC; Prof<sup>ª</sup>. Maria Tereza Vilaça, Assessora da SUPROF/SEC; Prof. Rodrigo Camargo Aragão, Diretor de Educação a Distância IAT/SEC; Prof. Jeudy Aragão, Diretor de Formação e Experimentação IAT/SEC; Prof<sup>ª</sup>. Eurivalda Santos Santana, Chefe de Gabinete do IAT/SEC. Dos representantes das Instituições que compõem o FORPROF-BA, estiveram presentes da Universidade do Estado da Bahia, UNEB: Maria Elisa da Silva Santos, Coordenadora do PARFOR; Norma Neide Queiroz, Assessora Técnica de Projetos Especiais; Mônica Moreira de Oliveira Torres, Coordenadora Adjunta do PARFOR; Silvar Ferreira Ribeiro, Coordenador UAB. Da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS: André Luiz Brito Nascimento, Coordenador do PARFOR. Da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Claudionor Alves da Silva, Coordenador do PARFOR; Maria Silva Santos Barbosa, Coordenadora da UAB, Paulo Sérgio Cavalcanti Costa, Coordenador Adjunto UAB, Prof. Reginaldo de Souza Silva e Prof<sup>ª</sup> Leila Pio Mororó do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas/Núcleo de Estudos e Formação de Professores da UESB. Da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Flávio Gonçalves dos Santos, Gerente Acadêmico, Maridalva de Souza Penteadó, Coordenadora da UAB. Da Universidade Federal da Bahia - UFBA, Nancy Rita F. Vieira, Coordenadora do Programa de Licenciaturas Especiais, PROLE, Paulo de Arruda Penteadó Filho, Coordenador da UAB. Da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Neilton da Silva, Coordenador PARFOR. Da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, João Carlos Sedraz Silva, Diretor do Departamento de Planejamento e Ensino. Do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, Rosângela Novaes de Jesus, Prof<sup>ª</sup>./Assessora do Ensino Superior; Niels Fontes Lima, Professor e Representante do IFBA no Consórcio UAB Bahia. Do Instituto Federal Baiano, IFBAIANO, Jesusa Rita Fidalgo Sanches Lopes, Pro - Reitora de Desenvolvimento Institucional. Da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, Renê Silva, Secretário de Educação do Município de Planaltino. Do Conselho Estadual da Educação, Alda Muniz Pepe, Conselheira. Da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, ANFOPE, Raquel Cruz Freire Rodrigues. Da Assembléia Legislativa da Bahia, Aldenira Sena, Assessora. Da SEC/SUDEP, Ana Grácia de Oliveira Teixeira, Diretora. Da SUDEB, Ana Lúcia Gomes da Silva, Diretora, Rosângela Costa Araújo, Diretora. Da SEDUC, Luiz Valter de Lima, Secretário de Educação do Município de Camaçari. Estiveram presentes,

também, o Sr. Marcos Paiva Pereira, Secretário Municipal de Planaltino e da SEC/IAT, Cecília Maria de Alencar Menezes, Elaine Letícia P. C. Neri e Geórgia Ferreira Mascarenhas Silva, Técnicas Pedagógicas da Coordenação de Formação dos Profissionais da Educação. A reunião foi iniciada com as boas vindas das Professoras Irene Cazorla, e Ilma Cabral. Em seguida, foi apresentada a pauta, que foi aprovada por todos. Foi dado o informe, pelo prof. Jeudy, que, devido ao número pequeno de inscrições na Plataforma Freire, o MEC estudava a possibilidade de reconsiderar os prazos para a validação. O Exmo. Secretário de Educação do Estado da Bahia, Prof. Osvaldo Barreto Filho iniciou sua fala frisando a importância do Programa de Formação de Professores para a Secretaria de Educação. Afirmou que esse projeto é prioritário, pois busca preencher as lacunas de formação no quadro docente da escola pública. Nesse sentido, tem-se feito um levantamento das demandas reais da Bahia quanto à falta de formação e desvio de função dos professores das redes estadual e municipais, revendo-se as metas anteriormente estabelecidas. Além disso, destacou a necessidade de se refletir acerca do modelo de profissional que se quer atuando frente ao perfil contemporâneo das exigências educacionais. Citou um estudo em que o número de formandos da educação cai trinta mil a cada dois anos – fato que causaria um colapso no cenário educacional. Assim, é preciso pensar e discutir a Educação em um contexto real e palpável, a partir de modelos que atendam às necessidades reais das redes, para o fortalecimento da escola pública. Uma das ações em prol desse fortalecimento é o incentivo para cursos de formação na área da alfabetização através do Pacto nos municípios – “nesse momento, o objetivo é trabalhar com o básico”. Uma vez garantida a alfabetização, haverá possibilidade de uma mudança estrutural na educação brasileira. Outra ação sinalizada é o investimento na formação e qualificação dos professores. Nessa perspectiva, o Prof. Osvaldo destacou a importância do Fórum por possibilitar a articulação entre o MEC, as IPES, as Secretarias Municipais, a CAPES e a sociedade de modo geral para discutir e repensar o formato dos atuais cursos de formação de professores. O Prof. Osvaldo finalizou reafirmando que a Secretaria de Educação integra a Política Nacional de melhoria da Educação Básica. Na sequência, a Professora Isabel Pessoa apresentou a concepção da CAPES acerca do PARFOR. Afirmou que o PARFOR não é a Política, mas faz parte da Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica e tem o objetivo específico de atender às exigências da LBD. Explicou que os critérios estabelecidos para a validação na Bahia, até então, tem contrariado o decreto presidencial nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009, que não contempla a participação de diretores nos cursos de formação inicial. Explanou sobre a importância dos Fóruns uma vez que, em alguns estados, têm sido utilizados para estabelecer os rumos da Educação, pois tem poder de articular e organizar informações para qualificar a oferta dos cursos. Delineia a Formação Inicial explicando que compreende a oferta dos cursos de primeira e segunda licenciaturas e formação pedagógica para professores em exercício há pelo menos três anos na rede pública da Educação Básica. Fez um adendo de que não há distinção entre professores efetivos e temporários e reiterou que validar outros profissionais fere diretamente a legislação. Reafirmou que o PARFOR tem por finalidade preencher uma lacuna na formação do professor. Por isso seu caráter emergencial. No entanto, ressalta que os cursos devem estar credenciados no e-MEC e são especiais por requererem planos de cursos organizados para atender às necessidades de formação de professores em efetiva regência. O Prof. Neilton (UFRB) questionou os procedimentos de reconhecimento dos cursos especiais pelas IPES. A Prof<sup>a</sup> Isabel explicou que o PARFOR não cria cursos novos, mas cria turmas em cursos que já existem. As instituições que criaram um curso novo devem se reportar ao E-MEC a fim de regularizar sua situação. O Prof. Osvaldo, Secretário de Educação, demonstrou preocupação com as modalidades ofertadas pelas IPES. Especialmente quanto aos cursos de 2ª licenciatura, que são regulamentados, mas não são ofertados por conta da resistência das universidades. Assim, solicita ao MEC apoio no sentido de “calibrar”, monitorar e até exigir uma proporcionalidade na oferta dos formatos de curso. Nesse momento o Coordenador da UESB, Prof. Claudionor, sinalizou a existência de professores que já ingressam na rede em

desvio de função e que não conseguem enquadramento em sua referida disciplina. A essa questão, o Secretário afirmou que para os professores que já estão em desvio de função, há necessidade de oferta dos cursos de 2ª licenciatura, para que não sejam criadas novas lacunas na rede. Assim, quanto à escolha do curso a ser feito, é necessário equacionar o desejo do professor com a demanda por formação da rede. Quanto à questão de ofertar ou não a segunda licenciatura, a representante da CAPES, afirmou que o Fórum tem o papel de identificar a demanda para que aquela IPES que tenha condições em atendê-la o faça. O Prof. Neilton sugeriu, em médio prazo, que haja uma reunião para tratar, especificamente, da temática de estruturação dos cursos, pois não concebe o curso do PARFOR seguindo as bases estruturantes de um curso regular. A Profª Isabel ressaltou que não se trata de criar novos cursos, mas, adaptar seus Projetos Pedagógicos às necessidades de turmas compostas por professores que já atuam e podem estar desatualizados. Atraiu tal desatualização aos altos números de evasão. O Prof. Flávio sinalizou que no momento de planejar a oferta é preciso atrelá-la à logística: - “Como ofertar para professores oriundos dos diversos pontos da Bahia sem pensar nesse deslocamento?”. Nesse sentido o Secretário reafirmou a necessidade de identificar o porquê as turmas de 2ª licenciatura não serem formadas já que a demanda é real. Continuando com sua fala, a Profª Isabel caracterizou o apoio financeiro dado pela CAPES nos formatos de bolsa, custeio e capital. Além disso, identificou como problemas do Programa: incompatibilidade entre oferta e demanda, necessitando de revisão do planejamento estratégico; pouca interatividade entre as Secretarias de Educação e as IPES na organização e definição dos cursos, altos índices de evasão, divulgação ineficiente, dificuldades de acesso à Plataforma. Por outro lado, pontuou as oportunidades proporcionadas pelo PARFOR: para as IPES refletirem e confrontarem seus Projetos Pedagógicos com a realidade prática do professor em exercício; adequação da formação dos docentes às exigências da LDB. Finalizando sua explanação, apresentou o cronograma de oferta do PARFOR, solicitando atenção aos prazos dos calendários. Uma vez que, existem dificuldades técnicas para alterações, devido às estruturas orçamentárias do país. Aproveitou para informar que deve ser definida a oferta para o primeiro semestre de 2012 até o dia 02 de julho de 2011. O prof. João Sedraz argumentou sobre as dificuldades em compor o corpo docente cumprindo as normas de regulamentação dos cursos especiais: - “Fomos induzidos pela CAPES a ofertar cursos sem ter quadro docente em número suficiente e não houve adequação das regras para a regulamentação”. O Prof. Joselino da CAPES salientou que as normas que regem a educação superior devem ser princípio para os cursos especiais do PARFOR: - “Não podemos perder de vista as normas e a legislação que regem a educação superior. A oferta de cursos deve ser feita com compromisso e qualidade”. A universidade, dessa forma, deve divulgar sua oferta de cursos de acordo com as condições reais. Assim, essa oferta deve ter seu planejamento tanto na universidade, no que se refere à sua capacidade institucional, quanto na escola, no que tange à saída do professor. Iniciando sua fala sistematizada sobre a Universidade Aberta do Brasil, o prof. Joselino explicou o que é a UAB e o que cabe aos mantenedores de polo, explanando a constituição dos pólos na Bahia. Nesse ínterim, abordou a importância do acordo de cooperação técnica que é um contrato de atribuição dos compromissos de cada ente no polo. Falou ainda sobre a avaliação dos pólos, enfatizando que é incumbência da CAPES monitorar os pólos, garantindo seu funcionamento de forma adequada. Encerrou sua fala informando que a Bahia já teve seu processo de avaliação iniciado e da necessidade de levantamento de demandas para planejamento estratégico. Dando continuidade à pauta, Profª. Irene introduziu a apresentação da Feira de Ciências, informando da existência de um vídeo feito pelos alunos da Escola Estadual de Aplicação Anísio Teixeira afirmando que vale a pena unir forças em prol da educação e passou a palavra para a Profª. Eurivalda. A assessora de gabinete do IAT/SEC informou que o vídeo trata da proposta da I Feira Estadual da Bahia, que tem por objetivo trabalhar com projetos de pesquisa em sala de aula. Sendo que, no mês de agosto, ocorrerão as feiras municipais e em outubro a estadual. Concluiu solicitando o apoio das

universidades e do PIBID para compor o Comitê de Avaliação. Em consenso o grupo optou por suprimir o ponto de pauta “Ata e memória do Fórum” a fim de disponibilizar tempo para socialização das atividades dos GTs. O GT 1, responsável pelo eixo: Construção do Texto do Plano Nacional de Formação foi representado pelo Prof. Neilton. Em sua apresentação, pontuou que o documento vem sendo construído desde 2010 e informou que as atividades desse dia tiveram por objetivo fazer inferências na estrutura do referido texto. Reafirmou a importância de formação para professores a partir de análise dos números de demandas, apresentados pelo EDUCACENSO, para as redes estadual e municipais. A primeira das sinalizações foi que o texto do Plano Nacional de Formação registra alguns dilemas e angústias encontrados ao longo do PARFOR. Assim, propôs a estruturação do documento a partir da sugestão do seguinte sumário: Introdução; Contextualização e Base Legal; A Formação de Professores e os Desafios do Futuro Urgente; A Formação Inicial e Continuada de Professores Presencial e à Distância: por uma práxis renovada; Currículo e Formação de Professores em Exercício; Diretrizes Básicas Para A Implementação do PEFPBA; Objetivo Geral; Objetivos Específicos; Metodologia e Dimensão Estratégica da Formação de Professores; Áreas Prioritárias; Mapeamento, Qualificação da Demanda e Organização dos Dados de Formação Docentes de Professores na Bahia; Diagnóstico do Ponto de Vista da Formação Inicial; Diagnóstico do Ponto de Vista da Formação Continuada, Planejamento de Ações PARFOR; PIBID e outras ofertas; Metas; Resultados Esperados; Fontes de Recursos; Avaliação e Acompanhamento do PEFPBA; Ação Afirmativa e Política de Permanência Qualificada dos Cursistas; Referências; Apêndices; Anexos. O GT 2, cujo eixo foi: Revisão dos Critérios de Validação dos Professores na Plataforma Freire foi representado pelos professores Rosângela e Manuel. Foram feitas sinalizações no texto anteriormente elaborado. A primeira delas foi o estabelecimento de prioridades para os professores em efetiva regência de classe: 1º professores sem formação, 2º bacharéis sem licenciatura, e 3º professores em desvio de função. Sugeriram que, no caso dos professores efetivos, a prioridade seja dada àqueles com até 20 anos em sala de aula. Pontuaram que, segundo as diretrizes do Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Os professores efetivos que estão atuando em direção ou vice-direção não devem ser validados. A professora Ilma esclareceu que a inclusão desses diretores foi uma solicitação da APLB, uma vez que, o Pedagogo que está exercendo a função de Diretor na rede estadual estaria perdendo a oportunidade de formação, pois quando retornar à sala de aula, não terá disciplina específica para lecionar. O professor Manoel reiterou que não se trata de perder a oportunidade e, sim, postergá-la para o período em que retornar ao exercício docente. A Profª Irene propôs ao grupo deliberar como critério para a validação: Prioridade para professores efetivos, em atividade de docência. A professora Isabel afirmou que, nesses termos, o critério proposto afrontaria a legislação, uma vez que a validação não é um processo seletivo. Assim, todo professor em exercício docente tem garantido o direito e pleitear uma vaga nos cursos de formação, conforme sua área de atuação. No entanto, ser professor efetivo da rede pode ser um critério de desempate no processo seletivo das IPES. A professora Ilma informou que, no estado da Bahia, há um impeditivo legal junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE) quanto à participação de professores temporários em cursos de formação continuada. Definiu-se que a discussão referente ao estabelecimento dos critérios de validação na Plataforma deve ser realizada em reunião específica. O eixo Currículo e Formação Docente, sob responsabilidade do GT 3 e representado pela professora Alda Pepe, fez a leitura de suas sistematizações. Iniciou apontando para a necessidade de revisão crítica da composição e dinâmica curricular dos cursos de licenciatura, considerando o perfil profissiográfico contido nas Diretrizes Curriculares Nacionais de cada formação/curso. Esses cursos devem ser atualizados à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais, gerais e específicas, da Educação Básica e suas modalidades: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Nesse sentido, deve-se tomar por base a legislação já existente e as teorias que sustentem as alterações e/ou a permanência de elementos e/ou formas curriculares. Além disso, é necessário identificar as peculiaridades

globais a serem atendidas a prazo imediato e a prazos mais longos. Outro ponto analisado referiu-se ao tempo e as formas do Estágio Curricular das atividades acadêmicas complementares como também a necessidade de orientação/observação, considerando o trabalho e as relações por ele oportunizadas como princípio educativo. Foi ainda pontuada a formação de professores para as disciplinas específicas da formação profissional a partir da seguinte legislação: Lei de Diretrizes e Bases, considerando as alterações sofridas; Diretrizes Curriculares Nacionais de cada licenciatura; Diretrizes Curriculares Nacionais: gerais e específicas da Educação básica em seus níveis e modalidades (quilombola, indígena, EJA etc.); Legislação específica: LIBRAS, Lei 11645 e suas respectivas diretrizes (nacionais e estaduais); Legislação e o Plano Nacional e Estadual de Direitos Humanos e Educação; Documento da CONAE; Planos Nacional e Estadual de Educação. No GT 4, representado pela professora Ilma Cabral, cujo eixo foi: organização dos dados de formação docente na Bahia, mapeamento das reais necessidades de formação por território e qualificação da demanda e oferta de cursos, elencou algumas propostas para serem apreciadas: solicitar a Capes a formalização de um instrumento jurídico para Adesão do Município ao PARFOR e um termo de Cooperação Técnica entre União, Estado e Municípios, já que os municípios não entendem que o PARFOR está compreendido na dimensão dois do PAR; necessidade de articulação com a UNDIME para organização das visitas nos territórios Baianos, para que possa ser feita a qualificação da demanda; organização de uma reunião entre Fórum, UNDIME, UPB, SEPLAN, coordenações de território para discutir o andamento do Programa PARFOR na Bahia, sua importância e seu objetivo; organização de uma videoconferência para orientar o professor e os secretários municipais sobre a forma de utilização da Plataforma Freire; foi informada ainda, uma reunião com a UNDIME, com a participação da representação do Fórum no dia 11 de julho de 2011. A professora Irene perguntou sobre a possibilidade de aproveitar essa oportunidade para solicitar aos municípios o envio de suas demandas. Perguntou ainda se seria possível mobilizá-los para que esse envio fosse por e-mail. Nesse momento, a professora Ilma apresentou a planilha de acompanhamento do envio, organizada por território de identidade, frisando que o percentual de recebimento não atingiu 20%. A Professora Irene solicitou a ajuda da UNDIME nesse intento. O Professor Renê Silva informou que também tem dificuldade com essa articulação, mas tem trabalhado para reverter tal situação. O professor Rodrigo, representando o GT5: Educação à Distância, apresentou o objetivo da UAB quanto à formação de professores abordando pontos tais como: institucionalização, infra-estrutura, gestão e avaliação dos polos. Sinalizou como desafio a construção de um Planejamento Estratégico que considere: atualização de documentação, distribuição geográfica dos polos, resolução das questões de articulação e dos problemas dos polos que já estão em curso antes de serem feitas novas ofertas. Foi observado por um dos ouvintes que há uma necessidade de articulação regional para a manutenção dos polos, entendendo que o polo UAB não é do município e, sim, da região. A professora Irene sugeriu que o GT trabalhasse no sentido de fundamentar suas considerações. No GT6 – Política de Permanência – a Professora Irene, representante do grupo, fez a leitura do documento em que foram apresentadas as seguintes definições: Articulação entre a SEPLAN, UNDIME, UPB e IAT para discutir políticas de permanência dos professores-cursistas e levantamento da demanda qualificada, tendo por meta realizar esse encontro na primeira semana de julho; Estudar junto ao MEC uma política de bolsa permanência para os professores dos cursos de formação inicial; Elaboração de um questionário (on-line) de levantamento das dificuldades de permanência nos cursos. Esse instrumento deve ser respondido pelos coordenadores de curso, pelos professores-cursistas que evadiram e pelos que ainda estão cursando (buscando saber o quê os motiva a ficar). A título de sugestões, foram listados: incentivo de criação de polos presenciais para os professores dos anos iniciais; os cursos de licenciaturas das áreas específicas devem acontecer em semanas diferentes, para que os professores das séries finais e do Ensino Médio, não se ausentem simultaneamente das escolas; Incentivo para que as IPES disponibilizem 20% da carga horária do curso na modalidade EAD;

mapeamento da situação dos professores que tem duplo vínculo (Município e Estado); estabelecimento de Política de flexibilização do limite de bolsas junto à CAPES para oferta de disciplinas para turmas de recuperação. A professora Irene pontuou ainda que a Política de formação de professores deve ser entendida enquanto política prioritária. Falou da necessidade de investimento em pós-graduação e pesquisa, bem como de criação de fóruns das licenciaturas em cada IPES. Finalizou afirmando que dois Programas de Formação *Strictu Sensu* para toda a Bahia é muito pouco. O Professor Jeudy, enquanto representante do GT7, socializou a discussão ocorrida no grupo referente à Formação Continuada. O GT7 entende que os programas de formação continuada de professores e gestores educacionais devem as seguintes diretrizes e temas: formação continuada em serviço e distribuída entre grandes áreas-eixos das ciências humanas, exatas etc.; formação para a pesquisa como possibilidade de qualificar a prática docente, rompendo com o mero conteudismo; formação do educador pesquisador e do educando pesquisador; formação continuada como programa de intervenção pedagógica e conteúdo voltado para os temas da educação básica; transversalidade entre os temas; reconhecer o papel da comunidade e as práticas culturais como temas de pesquisa e espaços de interação com a escola; aprofundar nos temas da formação inicial do cursista relacionando o conteúdo da pós-graduação com o conteúdo da educação básica, de modo a refletir sobre o que é fundamental para a formação do educando; formação continuada para o professor de EJA integrando de forma aprofundada os saberes acadêmicos e sociais; formação na escola com acompanhamento e avaliação e em serviço. Exigir na formação continuada a experimentação pedagógica na unidade escolar, considerando que com isso o cursista precisará de mais assistência; cursos nas temáticas dos Direitos Humanos: diversidades, ética; aprofundar conhecimento para a eficiência no uso de recursos financeiros aplicados na educação; aprofundar a formação para o uso das tecnologias; pesquisa sobre ensino-aprendizagem sobre impacto da formação na melhora do desempenho dos estudantes. O professor Jeudy apresentou como desafios: constituir uma rede de atendimento entre educação, saúde, segurança no entorno da escola; criar núcleos de pesquisa para a formação de docentes pesquisadores; perceber a formação em uma perspectiva da gestão educacional; avaliar os problemas cotidianos do ponto de vista de uma gestão educacional colaborativa; refletir sobre as vantagens e desvantagens da formação inicial em EAD para professores que atuam nas séries iniciais; aproximar o trabalho docente realizado na escola com o cotidiano do educando. Discutiu, também, o papel das universidades e propostas alternativas tais como: autonomia da rede de educação básica em relação às universidades; aproveitamento de professores pós-graduados para atuar como formadores, com incentivo para que desenvolvam mecanismos de acompanhamento e avaliação. O professor Valter afirmou que não se pode perder de vista que o foco da discussão é o Plano Nacional de Formação e que os cursos de formação, nos moldes atuais, ainda são fragmentados. A professora Irene reafirmou a necessidade do mapeamento das demandas e, por isso, da urgência na mobilização dos municípios para esse envio. A professora Irene Cazorla encerrou a reunião, agradecendo a presença e contribuição de todos. Assim, nós Cecília Maria Alencar Menezes, Elaine Letícia Nery e Geórgia Mascarenhas, lavramos essa Ata, que será lida e validada pelos partícipes do Fórum e assinada por todos os presentes no evento. Assinaturas:

Oswaldo Barreto Filho	Presidente do FORPROF-BA; Secretário de Educação do Estado da Bahia	
Irene Maurício Cazorla	Vice-Presidente do FORPROF-BA; Diretora Geral do Instituto Anísio Teixeira - IAT/SEC.	
Isabel Lima Pessoa	Coordenadora Geral do PARFOR/CAPES	
Ilma da Silva Cabral	Assessora Técnica do FORPROF-BA; Coordenadora de Formação dos Profissionais de Educação do Instituto Anísio Teixeira – IAT/SEC.	
Joselino Goular Junior	Coordenador de Estrutura e Polos da	

	UAB/CAPEs	
Manoel Brod Siqueira	Analista Técnico do PARFOR/CAPEs	
Lorena Lins Damasceno	Analista Técnico do PARFOR/CAPEs	
Eurivalda Ribeiro Santana	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral do Instituto Anísio Teixeira - IAT	
Eni Barreto Bastos	Superintendente da Superintendência de Acompanhamento e Avaliação - SUPAV/SEC	
Amélia Tereza Maraux	Superintendente da Superintendência de Educação Básica - SUDEB/SEC	
Jeudy Aragão	Diretor de Formação e Experimentação/DIRFE do Instituto Anísio Teixeira - IAT	
Rodrigo Camargo Aragão	Diretor de Educação a Distância/DIREDD do Instituto Anísio Teixeira - IAT	
Ana Grácia de Oliveira Teixeira	Diretora da Superintendência de Pessoal – SUDEPE-SEC	
Norma Lucia Vídero Vieira Santos	Coordenadora de Políticas de Educação Superior da Coordenação de Desenvolvimento do Ensino Superior - CODES/SEC	
Yasmine Habib Silva	Coordenadora da Coordenação de Desenvolvimento do Ensino Superior - CODES/SEC	
Marli Souza	Coordenadora da Superintendência de Educação Profissional -SUPROF/SEC;	
Maria Teresa de Lemos Vilaça	Assessora da Superintendência de Educação Profissional -SUPROF/SEC SUPROF/SEC	
Maria Elisa da Silva Santos	Coordenadora do PARFOR/Universidade do Estado da Bahia - UNEB;	
Norma Neide Queiroz,	Assessora Técnica de Projetos Especiais/Universidade do Estado da Bahia - UNEB	
Mônica Moreira de Oliveira Torres	Coordenadora Adjunta do PARFOR/ Universidade do Estado da Bahia - UNEB	
Silvar Ribeiro Ferreira	Coordenador UAB da Universidade do Estado da Bahia- UNEB	
Neilton Silva	Coordenador do PARFOR/ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	
Nancy Rita F. Vieira	Coordenador do PARFOR/ Universidade Federal da Bahia - UFBA	
Paulo de Arruda Penteado	Coordenador UAB da Universidade Federal da Bahia - UFBA	
Claudionor Silva	Coordenador PARFOR/ Universidade Estadual do Sudoeste da - UESB	
Maria Silva Santos Barbosa	Coordenadora UAB da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB	
Paulo Sergio Cavalcanti Costa	Coordenador Adjunto da UAB da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB	
Reginaldo de Souza Silva	Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas/Núcleo de Estudos e Formação de Professores da UESB	
Leila Pio Mororó	Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas/Núcleo de Estudos e Formação de Professores da UESB	
Flávio Gonçalves dos Santos	Gerente Acadêmico da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC	
Maridalva de Souza Penteado	Coordenador UAB da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC	

João Carlos Sedraz Silva	Diretor de Ensino da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF/ Coordenador UAB	
André Luiz Brito Nascimento	Coordenador do PARFOR / Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS	
Jesusa Rita Fidalgo Sanchez Lopes	Pro-reitora de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Baiano - IFBAIANO	
Niels Fontres Lima	Coordenador UAB do Instituto Federal da Bahia - IFBA	
Rosângela Noaves de Jesus	Professor/ASSESSOR de Ensino Superior do Instituto Federal da Bahia - IFBA	
Raquel Cruz Freire Rodrigues	Representantes da ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação	
Alda Muniz Pepe	Vice Presidente do Conselho Estadual de Educação da Bahia - CEE	
Ana Lúcia Gomes da Silva	Diretora da Superintendência de Educação Básica - SUDEB/SEC	
Rosângela dos Santos Araújo	Diretora da Superintendência de Educação Básica - SUDEB/DIREM/ SEC	
Luiz Valter de Lima	Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação da Bahia-UNDIME-BA/Secretário Municipal de Educação de Camaçari	
René Silva	Vice Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação da Bahia-UNDIME-BA/Secretário Municipal de Educação de Planaltino	
Aldenira Sena	Assessora da Assembléia Legislativa da Bahia	
Elaine Letícia Néri	Técnica Pedagógica do IAT/CFP	
Geórgia Ferreira Mascarenhas Silva	Técnica Pedagógica do IAT/CFP	
Cecília Maria de Alencar Menezes	Técnica Pedagógica do IAT/CFP	